

Um século de Alberto Guerreiro Ramos
Teórico das Organizações

Junho - 2015

UM SÉCULO DE ALBERTO GUERREIRO RAMOS

TEÓRICO DAS ORGANIZAÇÕES

Rosane Aurore Romão Juliano¹

RESUMO

Este trabalho busca conhecer o homem, o pensador brasileiro Alberto Guerreiro Ramos e a importância de sua Teoria Organizacional. Nesse sentido, através de uma pesquisa bibliográfica, analisou-se a Teoria das Organizações de Guerreiro Ramos, e sua contemporaneidade.

1 ALBERTO GUERREIRO RAMOS

O exercício da ciência importa não só em serviço efetivo à comunidade humana universal, como em contribuir para autoconsciência e autogestão da sociedade nacional. (Guerreiro Ramos, 1965).

Esta citação do próprio Alberto Guerreiro Ramos, um **sociólogo em mangas de camisa** (Costa, 2012), como gostava de referenciar a si mesmo, demonstra que, não só no nome mas também em vida, e como tônica de vida, foi um guerreiro em prol de uma ciência que viabilizasse a melhoria da vida humana, do ser humano, tanto em nível universal, como também, com muita ênfase, em nível nacional.

Alberto Guerreiro Ramos, poeta, sociólogo, advogado, administrador, professor, político, jornalista, nasceu em 13 de setembro de 1915, em Santo Amaro da Purificação, no estado da Bahia, filho de Vítor Juvenal Ramos e de Romana Guerreiro Ramos. Casou-se com Clélia Guerreiro Ramos, com quem teve dois filhos. Faleceu em Los Angeles, nos Estados Unidos, em 6 de abril de 1982, aos 67 anos, vítima de câncer (SIQUEIRA, 2008).

Como intelectual e erudito, sofreu algumas influências da intelectualidade francesa: do pensamento católico do grupo *L'Esprit*, do filósofo Emmanuel Monier, fundador da revista *L'Ordre Nouveau*; do filósofo Jacques Maritain (AZEVEDO, 2009) e a teoria do tomismo. Recebeu influências também do historicismo; da filosofia de Platão e Aristóteles; da fenomenologia, de Heidegger, Jaspers, Husserl, de Jacob Levy Moreno, além da sociologia de Max Weber. Também foi influenciado

¹ Mestre em Administração e pesquisadora do Núcleo de Estudos de Administração Brasileira ABRAS / PPGAd / UFF.

por pensadores brasileiros como Visconde do Uruguai, Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Vianna, que, apesar de representarem correntes às vezes opostas, e de suas “normais deficiências” e em suas “respectivas épocas”, estudaram o Brasil. Como cita Guerreiro Ramos (1965):

Esses autores são momentos ilustres da formação de um pensamento sociológico brasileiro, que utilizavam, como subsídios, as contribuições estrangeiras. Todos esses homens tinham o que fazer – tarefas sociológicas próprias e larga consciência de que a medida por excelência do trabalho sociológico é a sua funcionalidade em relação à realidade nacional. (RAMOS, 1965, p. 34).

Guerreiro Ramos, inquieto desde menino, buscava sempre mais o conhecimento:

Aos 14 anos já era requisitado professor de matemática, [...] aos 18 anos, ocupou o cargo de assistente da Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Comprava livros, revistas estrangeiras, possuía biblioteca particular. Participou da organização da Faculdade de Filosofia da Bahia, tornando-se catedrático de Sociologia pela legislação, que concedia tal título [a] quem criasse faculdade. [...] Possuía sólidos conhecimentos filosóficos, [...] sendo fortemente influenciado pelo existencialismo durante seu período no Brasil. Os conhecimentos filosóficos são uma marca em seus trabalhos. (SOARES, 1993 apud TENÓRIO, 2012, p.441).

Guerreiro Ramos terminou seus estudos no Rio de Janeiro, a partir de uma bolsa de estudos que recebeu do Governo da Bahia, em 1939. Diplomou-se em 1942, em Ciências Sociais pela Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro e, em 1943, formou-se Bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Em 1943, conforme cita Costa (2012, p.475), “vetado para o magistério superior na Faculdade Nacional de Filosofia, onde estudara, por conta de suas antigas ligações com o integralismo”, ingressou como Técnico de Administração no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e, em 1945 prestou concurso público apresentando como tese o estudo, republicado em livro, *Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho*.

Na consideração do Conselho Federal de Administração (CFA), Guerreiro Ramos foi um “autor de alta relevância no campo das Ciências Sociais no Brasil e no mundo. Era polêmico, criativo, crítico, porém proativo, pois sempre propunha algo

diferente. Ele inovou ao tratar da análise do modelo mecânico taylorista/fordista, tão usual na época” (CFA, 2008, p.15).

Ressalta-se, nesta consideração, a expressão “porém proativo”, ou seja, seu lado polêmico e crítico foi compensado pelo fato de ele ser criativo e proativo, alguém que previne problemas e se antecipa a necessidades ou mudanças, que é capaz de mudar eventos em vez de reagir a eles, fazendo com que as coisas aconteçam, além de ser ágil e competente, o que nos deixou um importante legado, ainda não devidamente valorizado nos dias atuais.

No entanto, essas qualidades também faziam dele um crítico à sociologia e à sociedade de sua época, causando polêmica entre os meios acadêmicos e políticos, o que vai lhe pesar na vida, tendo como consequência não só o exílio, como também certa invisibilidade no cenário nacional, como citam Malta e Kronemberger (2009, p. 42):

Nos dias atuais, o legado de Guerreiro Ramos é mais reivindicado no campo da Administração Pública, onde foi professor e pesquisador, considerando a administração como uma área propícia à prática sociológica. O sociólogo não batiza escolas de porte e no âmbito das ciências sociais e dificilmente é saudado em seminários. Nos cursos de graduação em ciências sociais, assim como no nível das pós-graduações, a obra de Guerreiro Ramos é quase desconhecida, passando despercebida e sendo raramente contemplada em programas de cursos. (MALTA; KRONEMBERGER, 2009, p.42).

Na inquietação do menino, na sua personalidade proativa, torna-se um pensador e sociólogo crítico à produção sociológica brasileira, como demonstra Villa (2008):

Guerreiro Ramos [...], um sociólogo militante [...]. Atacou o marxismo-leninismo, quando era um dogma da esquerda apoiar a União Soviética e sua "visão de mundo". Criticou o guevarismo, o castrismo, o brizolismo, a direita e a esquerda, no pré-1964. Defendeu a pluralidade política e a necessidade de uma leitura original dos problemas nacionais, sem 'teorias de empréstimo' e suas "ficções literárias e conceptuais". Apontou os riscos que o país estava correndo devido à radicalização política. (VILLA, 2008 apud TENÓRIO, 2012, p. 465).

Em suas próprias palavras – como que se antecipando ao que iria viver, bem como o que seria sua ênfase nesse viver – aos 24 anos, nos diz o **poeta** Guerreiro Ramos (1937 apud SOUZA, 2010, s/p.):

Deus me tornou bárbaro. Deus me tornou insubmisso.
E protesto contra os homens que estão mergulhados no esquecimento.
Que estão tiranizados pela ordem, pela opinião, pela civilização.

Como **professor**, na área acadêmica realizou trabalhos de destaque. Lecionou na Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia. Foi fundador e decano da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (EBAP/FGV), ministrando a aula inaugural no primeiro curso de Administração, no Rio de Janeiro, em 1952, e foi professor da Faculdade de Ciências da Universidade Rural, no Rio de Janeiro.

Em 1955, pronunciou conferências em Pequim, Belgrado, na Academia de Ciências da União Soviética, no Ciclo de Conferências na Universidade de Paris, na Faculdade de Direito da Universidade da Bahia e na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, como Diretor e Professor do Departamento de Sociologia do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que:

Destinava-se ao estudo, ao ensino e à divulgação das ciências sociais, cujos dados e categorias seriam aplicados à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira e à elaboração de instrumental teórico que permitisse o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. Constituiu um dos núcleos mais importantes de elaboração da ideologia “nacional-desenvolvimentista” que impregnou todo o sistema político brasileiro no período compreendido entre a morte de Vargas, em 1954, e a queda de João Goulart, em 1964. Essa ideologia foi formulada principalmente por Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes de Almeida, Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier e Nelson Werneck Sodré. (FGV-CPDOC, 2012)

Em 1957, foi professor do Departamento Nacional da Criança e dos Cursos de Sociologia e Problemas Econômicos e Sociais do Brasil, promovidos pelo DASP. Em 1966, exilado (AI-1), radicou-se nos Estados Unidos, onde lecionou na Universidade do Sul da Califórnia. Licenciou-se por um ano, 1972/1973, para ser professor visitante da Wesleyan University e confrade visitante na Yale University.

Foi também professor visitante da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade Federal do Paraná (UFPR), no início da década de 1980, quando ensaiava seu retorno ao Brasil.

Como **jornalista**, entre 1943 e 1951, à época em que era burocrata no DASP, Guerreiro Ramos escreveu artigos e comentou livros para a Revista de Serviço Público (RSP). Como cita Tenório (2012, p. 448), “início de uma produção intelectual de aproximação da sociologia aos estudos organizacionais, por um lado, e, por

outro, intentos de demonstrar a necessidade de o sociólogo atuar de forma engajada, com os destinos do país”.

Escreveu também para *O Imparcial*, da Bahia, *O Diário*, de Belo Horizonte, e *Última Hora*, *O Jornal e Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro. O jornal *Quilombo*, importante instrumento de comunicação criado e publicado pelo Teatro Experimental do Negro, no Rio de Janeiro, publicou dez números entre 1948 e 1950 e, em três deles, Guerreiro Ramos escreveu sobre Grupoterapia, Psicodrama e Sociodrama (SIQUEIRA, 2008).

Em 1949, consciente de sua **ancestralidade africana**, Guerreiro Ramos coordenou, no Teatro Experimental do Negro, fundado por Abdias Nascimento, o departamento de estudos e pesquisas denominado Instituto Nacional do Negro. Nessa função, teceu críticas ao “arquétipo estético – europeu” – desenvolvendo uma teoria sobre a patologia social dos brancos brasileiros, em que se demarca o que não é branco, para assim ressaltar o ser branco, enaltecendo a ascendência europeia, e conseqüentemente desmerecendo o que não é branco, europeu. No texto *O Negro desde dentro*, ele cita:

Povos brancos, graças a uma conjunção de fatores históricos e naturais que não vem ao caso examinar aqui, vieram a imperar no planeta e, como seria conseqüente, forçaram, sobre aqueles que dominaram, uma concepção do mundo feita à sua imagem e semelhança. Num país como o Brasil, colonizado por europeus, os valores mais prestigiados e, portanto, aceitos, são os do colonizador. Entre estes valores está o da brancura como símbolo do excelso, do sublime, do belo. Deus é concebido em branco e em branco são pensadas todas as perfeições. Na cor negra, ao contrário, está investida uma carga milenária de significados pejorativos. Em termos negros pensam-se todas as imperfeições. Se se reduzisse a axiologia do mundo ocidental a uma escala cromática, a cor negra representaria o pólo negativo. São infinitas as sugestões, nas mais sutis modalidades, que trabalham a consciência e a inconsciência do homem, desde a infância, no sentido de considerar, negativamente, a cor negra. (RAMOS, 2012).

Essas são questões importantes a serem vistas, dentro do contexto da sociedade brasileira, e assim dos espaços organizacionais. Pois essa demarcação, essa patologia, infere substancialmente no acesso da população brasileira aos vários níveis de desenvolvimento.

Alguns pensadores brasileiros corroboram esse ponto de vista, trazendo essa questão descritivamente, como Oliveira Vianna (1952), ao citar que os inimigos do Brasil são os índios e os quilombolas, ou bem criticamente, como Darcy Ribeiro (1995), quando discorre sobre a formação do povo brasileiro, sobre a “ninguendade”.

E também Manoel Bonfim (1993), que demonstra a questão da miscigenação na construção da autoestima dos cidadãos brasileiros. Porém reconhece que a miscigenação, por ele enaltecida, é por muitos outros pensadores, depreciada.

Guerreiro Ramos traz, assim, para o contexto social e organizacional brasileiro, o tema das relações raciais no Brasil e, como esses aspectos estão presentes ainda hoje em toda sociedade brasileira, permeando os espaços organizacionais. Exemplificou, inclusive, com fatos acontecidos com ele próprio, como quando cita a sua “ficha no Conselho de Segurança Nacional”, em que vinha escrito “mulato metido a sociólogo” (SOARES, 2006, p.29). Ressalte-se que seu nascimento se deu apenas 27 anos após a abolição da escravatura.

Alberto Guerreiro Ramos sempre apresentou grande interesse **político**, desenvolvendo trabalhos importantes nas áreas de Sociologia, Ciência Política e Administração. No segundo período do Governo Getúlio Vargas, 1951/1954, ele foi assessor do Conselho de Desenvolvimento do ministro de Viação e Obras Públicas, e da Casa Civil da Presidência da República.

Em, 1960 filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fazendo parte do Diretório Nacional.

Em 1961, viajou à China e também à União Soviética. Neste ano, foi delegado do Brasil na XVI Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas tendo participado da Comissão de Estudos Econômicos, com projetos adotados posteriormente pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Em 1962, foi candidato a deputado federal pelo Estado da Guanabara, obtendo a 2ª suplência, ocupando a cadeira de agosto de 1963 a abril de 1964, pela Aliança Socialista Brasileira (PTB/PSB). Enquanto deputado federal, Guerreiro Ramos foi considerado de suma importância para a regulamentação da profissão de administrador, conforme citado pelo CFA:

[...] de grande importância para a elaboração do ante-projeto original, feito para discussão pelos associados da ABAP – Associação Brasileira de Administração Pública em 1965 e que serviu de fundamento teórico para a redação da Lei 4769/65, que regulamentou a profissão de Administrador e criou os Conselhos Federal e Regionais de Administração. Após ampla discussão entre a categoria, Guerreiro Ramos, - então Deputado Federal - acrescentou diversas alterações que melhoraram o texto antes de apresentá-lo ao Congresso Nacional. (CFA, 2008, p.13).

“Foi partidário do intervencionismo econômico, do monopólio estatal do petróleo, da nacionalização da indústria farmacêutica e dos depósitos bancários” (FGV-CPDOC, 2012), da reforma constitucional, agrária, eleitoral, administrativa e bancária.

Alberto Guerreiro Ramos teve os direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1) em 9 de abril de 1964, exilando-se em 1966, nos Estados Unidos.

Ao conhecer um pouco de sua intensa e extensa biografia (FGV-CPDOC, 2012) a começar pela pessoa inquieta e dinâmica do Guerreiro Ramos, preocupado com os espaços físicos, econômicos, sociais, políticos, culturais, históricos, tecnológicos, organizacionais e com os atores humanos envolvidos, é possível notar, em sua construção teórica, sua vivência e preocupação com o país e o todo.

2 A TEORIA ORGANIZACIONAL DE GUERREIRO RAMOS

De início, faremos um breve histórico de sua construção teórica, de suas preocupações iniciais, e que de certa maneira o acompanharam a vida toda. O que, em síntese, poderíamos dizer que é a aplicação da ciência para servir à comunidade humana universal, e do fazer sociológico como procedimento crítico-assimilativo da experiência estrangeira (RAMOS, 1965) e assim, de seu comprometimento com a realidade nacional.

Guerreiro Ramos (1965, p.13) demonstra que, já em 1953, encontrava-se em “frontal dissidência com as correntes doutrinárias, os métodos e processos dominantes” do fazer sociológico, por conta da negação do caráter científico e a funcionalidade “em relação às exigências da sociedade brasileira”. Ele afirma que, “no Brasil, [...] o trabalho sociológico reflete também deficiência da sociedade global, a dependência”.

Como produto disso é a alienação, e o que ele chama de “sociologia enlatada”, “sociologia consular”:

[...] o sociólogo utilizava a produção sociológica estrangeira, de modo mecânico, servil, sem dar-se conta de seus pressupostos históricos originais, sacrificando seu senso crítico ao prestígio, que lhe grangeava exibir ao público leigo o conhecimento de conceitos e técnicas importadas” (RAMOS, 1965, p.13-14)

Nesse sentido, sempre crítico, Guerreiro Ramos (ibid., p.14) aponta, em sua *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo*, escrita em 1954, que “não se tem conseguido, no Brasil [...] formar especialistas aptos a fazer uso sociológico da sociologia”. Esta posição é revista por ele na *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*, em 1956: “os sociólogos de velha feição, mais capazes, renderam-se à validade da crítica e, pouco a pouco, adaptaram-se aos novos critérios de trabalho científico” (RAMOS, 1965, p. 14).

Em seu livro *A Redução Sociológica*, Guerreiro Ramos (1965, p.14-15) coloca que este é um “método de assimilação crítica do patrimônio sociológico alienígena”, e ressalta a “necessidade de fundamentação metodológica de uma sociologia nacional”, de forma a vencer os argumentos dos que se colocavam contra, por má-fé, preconceitos, ou ambos.

Segundo ele, a redução sociológica “não se destina tão só a habilitar a transposição de conhecimentos de um contexto social para outro, de modo crítico, mas também caracteriza modalidade superior da existência humana, a existência culta e transcendente” (RAMOS, 1965, p.15). Além disso, “a sociologia não é especialização, ofício profissional, senão na fase da evolução histórica em que nos encontramos, em que ainda perduram as barreiras sociais que vedam o acesso da maioria dos indivíduos ao saber” (ibid., p.15).

E dessa maneira, “a vocação da sociologia é resgatar o homem ao homem, permitir-lhe ingresso num plano de existência autoconsciente. É, no mais autêntico sentido da palavra, tornar-se um saber de salvação” e assim “a redução sociológica é a quintessência do sociologizar”. Na sua postura crítica peculiar, ele afirma: “quem apenas conhece a literatura sociológica universal, sem se dar conta do que chamo de 'redução sociológica' [...] não passa de simples 'alfabetizado em sociologia’” (ibid., p.15).

Assim, para Guerreiro Ramos, “a redução sociológica é qualidade superior do ser humano que lhe habilita a transcender toda sorte de condicionamentos circunstanciais”. Aspecto que denomina como “Atitude parentética – leitura inteligente do real em suas múltiplas expressões” (ibid., p.15).

Encontramos, dessa forma, três sentidos básicos para redução sociológica (RAMOS, 1965, p.16):

- a) Redução como método de assimilação crítica da produção sociológica estrangeira;

b) Redução como atitude parentética:

[...] adestramento cultural do indivíduo, que o habilita a transcender, no limite do possível, os condicionamentos circunstanciais que conspiram contra a sua expressão livre e autônoma. A cultura, notadamente a cultura sociológica, é componente qualitativo da existência superior, em contraposição à existência diminuída dos que, destituídos de treino sistemático, oferecem escassa resistência à robotização da conduta pelas pressões sociais organizadas. (RAMOS, 1965, p.16).

c) Redução como superação da sociologia nos termos institucionais e universitários em que se encontra - “a sociologia é ciência por fazer”.

Neste caminhar de sua construção teórica, Guerreiro Ramos (1965, p. 50-51) salienta que “onde houve prática, houve redução” e que “a redução tecnológica precedeu à redução sociológica”. O autor discorre sobre a consciência crítica da realidade nacional, fazendo uma discussão sobre subjetividade, elevação, natureza, história, entre outros temas, colocando que estas são discussões a que o sociólogo não se pode furtar, enfatizando que:

A autoconsciência coletiva e a consciência crítica são produtos históricos. Surgem quando um grupo social põe entre si e as coisas que o circundam um projeto de existência [...] A consciência crítica surge quando um ser humano ou um grupo social reflete sobre tais determinantes e se conduz diante deles como sujeito. [...] assinala necessariamente a elevação de um ou de outro à compreensão de seus condicionamentos. [...] A consciência crítica é um modo radicalmente distinto de apreender os fatos, do qual resulta não apenas uma conduta humana desperta e vigilante, mas também uma atitude de domínio de si mesma e do exterior. (ibid., p. 58; 61).

Assim, “a consciência crítica instaura a aptidão autodeterminativa que distingue a pessoa da coisa” (ibid., p.61). Nesse sentido, Guerreiro Ramos tem como definição e descrição da redução sociológica: “consiste na eliminação de tudo aquilo que, pelo seu caráter acessório e secundário, perturba o esforço de compreensão e a obtenção do essencial de um dado” (ibid., p.81).

Podemos compreender da seguinte forma o **método** da Redução Sociológica:

1 – É atitude metódica:

É a maneira de ver que obedece a regras e se esforça por depurar os objetos de elementos que dificultem a percepção exaustiva e radical do seu significado. Pretende ser o contrário da atitude espontânea, que não vai além dos aspectos externos dos fenômenos. (ibid., p.82).

2 – Não admite a existência na realidade social de objetos sem pressupostos:

A realidade social não é uma congérie, um conjunto desconexo de fatos. Ao contrário, é sistemática, dotada de sentido, visto que sua matéria é vida humana, que se distingue das formas inferiores de vida por ser permeada de valorações. Portanto, os fatos da realidade social fazem parte necessariamente de conexões de sentido, estão referidos uns aos outros por um vínculo de significação. (ibid., p.82)

3 – Postula a noção de mundo:

Considera a consciência à luz da reciprocidade de perspectivas. A consciência é intencional, porque se refere a objetos. O essencial da ideia de mundo é a admissão de que a consciência e os objetos estão reciprocamente relacionados. O mundo em que conhecemos e em que agimos é o âmbito em que os indivíduos e os objetos se encontram numa infinita e complicada trama de referências. (RAMOS, 1965, p. 82-83)

4 – É perspectivista:

A perspectiva em que estão os objetos, em parte os constitui. Portanto, se transferidos para outra perspectiva, deixam de ser exatamente o que eram. Não há possibilidades de repetição social. O sentido de um objeto jamais se dá desligado de um contexto determinado. (ibid., p. 83)

5 – Seus suportes são coletivos e não individuais:

Para que alguém aprenda e pratique a redução sociológica, carece viver numa sociedade cuja autoconsciência assuma as proporções de processo coletivo. A redução sociológica não é, portanto, em sentido genérico, primariamente um ato de lucidez individual. Fundamenta-se numa espécie de lógica material, imanente à sociedade. (ibid., p. 83)

6 – É um procedimento crítico-assimilativo da experiência estrangeira:

“Não pretende opor-se à prática de transplantações, mas quer submetê-las a apurados critérios de seletividade. Uma sociedade onde se desenvolve a capacidade de auto articular-se, torna-se conscientemente seletiva” (ibid., p.83-84).

7 – Embora seus suportes coletivos sejam vivências populares, a redução sociológica é atitude altamente elaborada:

A redução sociológica de um produto cultural, de uma instituição, de um processo, não se alcança senão recorrendo a conhecimentos diversos, principalmente de história. Consistindo em por à mostra os pressupostos referenciais de natureza histórico-social dos objetos, a pesquisa desses pressupostos leva a indagações complexas que só são efetivadas, com segurança mediante estudo sistemático e raciocínio rigoroso. Para ser plenamente válida, no campo da ciência, precisa justificar-se, basear-se num esforço de reflexão, hábil para demonstrar de modo consistente, as razões nas quais se fundamenta em cada caso. (ibid., p.84)

Ampliando o entendimento sobre a redução sociológica, Guerreiro Ramos (1965) discorrerá sobre quatro leis:

- a) **Lei do comprometimento:** “nos países periféricos, a ideia e a prática da redução sociológica somente podem ocorrer ao cientista social que tenha adotado sistematicamente uma posição de engajamento ou de compromisso consciente com o seu contexto” (RAMOS, 1965, p.112).
- b) **Lei do caráter subsidiário da produção científica estrangeira:** “à luz da redução sociológica, toda produção científica estrangeira é, em princípio, subsidiária” (ibid., p.121).
- c) **Lei da universalidade dos enunciados gerais da ciência:** “a redução sociológica só admite a universalidade de ciência tão somente no domínio dos enunciados gerais” (ibid., p.131).
- d) **Lei das fases** em que “à luz da redução sociológica, a razão dos problemas de uma sociedade particular é sempre dada pela fase em que tal sociedade se encontra” (ibid., p.139).

Guerreiro Ramos, em seu livro *Administração e estratégia do desenvolvimento* (título da 1ª edição, de 1966), e como título da 2ª edição *Administração e Contexto Brasileiro – Esboço de uma Teoria Geral da Administração* (1983), analisa o conceito de racionalidade e de outros tópicos da ciência social dominante. Considerando a influência de Emile Durkheim, Guerreiro Ramos (1983, p. 24) entende que “o fato administrativo é um fato social”. Isso se refletirá sobre o estudo da natureza da organização e de seus efeitos sobre a conduta humana.

O autor avalia o fenômeno social da organização formal, em que as organizações, principalmente as de caráter econômico, vêm assumindo papéis fundamentais e sem precedentes no curso da história da humanidade. No que põe em alerta os cientistas sociais para a análise dos fatos que acontecem a partir deste

novo domínio social: a organização formal e os efeitos desta na pessoa humana, na práxis.

Guerreiro Ramos caracteriza a sociologia da administração como:

[...] a parte da sociologia geral que estuda a realidade social da administração, suas expressões exteriormente observáveis como fato, sistema e ação, sua tipologia qualitativa historicamente condicionada, seus elementos componentes (aestruturais, estruturais, estruturantes). (RAMOS, 1983, p.3).

Ressalta o estudo da administração como fato e sistema, considerando “não só a estrutura interna da administração, como as suas relações com as outras esferas da vida social” (RAMOS, 1983, p.3), em que o “estudo científico do fato e do sistema administrativo é necessariamente pluridimensional” (ibid., p.3).

“A administração, como fato e sistema, se encontra em permanente mudança, seja por força do dinamismo ininterrupto de seus componentes internos, seja por força de suas relações externas com toda sorte de fatores ou sistemas” (ibid., p.4).

Assim, Guerreiro Ramos (1983) define:

[...] o fato administrativo como complexo de elementos e de suas relações entre si, resultante e condicionante da ação de diferentes pessoas, escalonadas em diferentes níveis de decisão, no desempenho de funções que limitam e orientam atividades humanas associadas, tendo em vista objetivos sistematicamente estabelecidos. (p. 28-29)

E ainda que:

O fato administrativo pode ser considerado também como sistema administrativo, como totalidade, internamente composta de elementos ou subsistemas em interação, subordinada a regras operacionais comuns (programas, objetivos, normas, valores, papéis, etc.), dotada de fronteiras que a diferenciam do ambiente (elementos e sistemas externos) sobre o qual age e do qual recebe influência, assim procurando manter-se em equilíbrio dinâmico, tanto em suas relações internas como em suas relações externas. Em linguagem cibernética, o equilíbrio dinâmico do sistema administrativo resulta de que, mediante operações internas, ele transforma indutos ou entradas em produtos ou saída. (ibid., p.29).

O autor ainda abordará, entre outros, temas da natureza da ação administrativa como racionalidade funcional e racionalidade substancial; do fenômeno administrativo do ponto de vista histórico-sociológico; da ação administrativa como intenção de promover mudanças sociais; da burocracia; do tempo social; e ainda sobre o formalismo (ibid., p.4-5).

Analisando o formalismo e a sociologia do "jeito", o autor conceitua o formalismo como uma estratégia primária, e o jeito, como uma estratégia secundária: "O jeito é, no Brasil, processo nativo, *criollo*, de contornar uma dificuldade a despeito da lei e até mesmo contra ela" (ibid., p.288).

Afirma Guerreiro Ramos que, "no momento em que as sociedades latino-americanas, em decorrência de seu processo econômico-social, forem compelidas a adotar estruturas legais realistas, então necessariamente nelas desaparecerão os processos *criollos* e o jeito" (RAMOS, 1983, p.288).

Em 1981, radicado nos Estados Unidos, o autor lança *The new science of organizations*, editado no Brasil no mesmo ano, com o título *A nova ciência das organizações – uma reconceituação da riqueza das Nações*, e considerada pelos EUA como a melhor obra de sociologia da década de 1980.

Guerreiro Ramos relata que esta obra foi originalmente escrita e pensada em inglês objetivando expressar o seu desconforto com a moderna ciência social e administrativa, principalmente como acontecia nos EUA. Para ele, "tal ciência nada mais é do que uma ideologia legitimadora da sociedade centrada no mercado", propondo a "substituição por uma *nova ciência*, entendida essencialmente como teoria da delimitação dos sistemas sociais" (RAMOS, 1981, p. XV).

Afirma Guerreiro Ramos que "essa *nova ciência* tem existido milenarmente, e só é *nova* porque a sua tradição é ignorada nos meios acadêmicos tipicamente modernos". Isto porque "o ser humano resiste a ser despojado do seu atributo essencial – a razão" (ibid., p. XV). E ressalta:

No entanto, para viver de acordo com as prescrições da sociedade centrada no mercado, é coagido a reprimir a função normativa da razão no desenho de sua existência social. À sociedade centrada no mercado é inerente a astúcia de induzir o ser humano a internalizar aquela coação como condição normal de sua existência, e esta circunstância é verdadeiramente legitimada pela psicologia motivacional implícita na psicanálise e nas ciências sociais atuais". (RAMOS, 1981, p. XV).

Como exemplo dessa astúcia, "tal sociedade, em vez de frontalmente declarar a sua incompatibilidade com as prescrições da razão, conservou a palavra em sua linguagem, mas deu-lhe um sentido consonante com a síndrome psicológica constitutiva do seu caráter" (ibid., p. XV). Dessa forma:

[...] o que se chama razão, na sociedade centrada no mercado, bem como nas ciências sociais em geral, é uma corruptela do termo tal como ele mesmo e seus equivalentes sempre foram universalmente entendidos até o limiar dos tempos modernos. A crítica dessa transvalorização do termo razão permeia toda a tessitura deste livro. (RAMOS, 1981, p. XV).

O autor estuda a sociedade americana, considerando-a como a “mais desenvolvida sociedade centrada no mercado, e, por conseguinte é aí que o ser humano vai-se tornando mais consciente do efeito deculturativo do mercado” (ibid., p. XV). E alerta sobre uma revolução silenciosa, em que as pessoas estão criticamente restaurando “o que a sociedade centrada no mercado deformou ou, em parte destruiu: os elementos permanentes da vida humana” (RAMOS, 1981, p. XVI).

Guerreiro Ramos cita Weber, Mannheim, Eric Vogelín, a Escola de Frankfurt entre outros, que também fizeram uma crítica da razão moderna, concluindo que não a criticaram de uma forma profunda, e ressalta que “a moderna ciência social não pode ser completamente explicada, senão à luz da compreensão peculiar da razão que nela está implícita” (ibid., p. XII).

Conforme Guerreiro Ramos:

A Teoria da organização, tal como tem prevalecido é ingênua, [...] porque se baseia na racionalidade instrumental inerente à ciência social dominante no Ocidente. [...] essa ingenuidade tem sido o fator fundamental de seu sucesso prático. Esse sucesso tem sido unidimensional [...] exerce um impacto desfigurador sobre a vida humana associada. (RAMOS, 1981, p. XII).

O autor cita também Lorde Keynes, que:

[...] observou que o desenvolvimento econômico ocorreu decorrente da avareza, da usura, da precaução [...] Concluiu ele, todavia, que “por mais algum tempo” precisavam elas continuar “a ser os nossos deuses”, porque “somente elas podem fazer sair do túnel da necessidade econômica”. [...] Keynes recomendou que se “fizesse de conta, para nós mesmos e para todo mundo, que o certo é errado e o errado é certo; porque o errado é útil e o certo não é”. (KEYNES, 1932 apud RAMOS, 1981, p.1)

Dessa forma, o autor afirma que:

[...] tal como Keynes, hoje haverá algumas pessoas que preferem suspender a crítica à teoria organizacional corrente, porque, embora sendo pobre em sofisticação, ela funciona. Contudo, para fazer isso, é preciso que se finja que a ingenuidade é o certo, enquanto a sofisticação teórica é o errado. [...] A energia psicológica que um indivíduo tem que despende, para poder enfrentar as tensões dessa forma de fraude auto-imposta, é de tal

magnitude, que ele se recusa a ser convencionalmente bem-sucedido e deixa de aquiescer às normas pelas quais a sociedade legitima-se. (RAMOS, 1981. p.1)

Guerreiro Ramos buscou identificar a “epistemologia inerente na ciência social estabelecida, de que a atual teoria organizacional é um derivativo”, argumentando que “a ciência social estabelecida também se fundamenta numa racionalidade instrumental, particularmente característica do sistema de mercado” (RAMOS, 1981, p.2). O autor ressalta que:

[...] no sentido antigo [...] razão era entendida como força ativa na psique humana que habilita o indivíduo a distinguir entre o bem e o mal, entre o conhecimento falso e o verdadeiro e, assim, a ordenar sua vida pessoal e social. Mais ainda, a vida da razão na psique humana era encarada como uma realidade que resistia à sua própria redução a um fenômeno histórico ou social. (ibid., p. 2)

E cita Hobbes e o uso da razão como cálculo utilitário de consequências:

[...] no período moderno da história intelectual do Ocidente, que começou no século XVII e continua até os nossos dias, o significado previamente estabelecido daquelas palavras que constituem uma linguagem teórica fundamental mudou drasticamente numa direção determinada. [...] Nos trabalhos de Hobbes, a "razão moderna" é, pela primeira vez, clara e sistematicamente articulada, e até hoje sua influência não desapareceu. Definindo a razão como uma capacidade que o indivíduo adquire "pelo esforço" [...] e que o habilita a nada mais do que fazer o "cálculo utilitário de consequências", Hobbes pretendeu despojar a razão de qualquer papel normativo no domínio da construção teórica e da vida humana associada. (RAMOS, 1981, p. 3)

Ressalta Guerreiro Ramos que “a sociedade moderna tem demonstrado uma alta capacidade de absorver, distorcendo-os, palavras e conceitos cujo significado original se chocaria com o processo de auto-sustentação dessa sociedade” (ibid., p. 3). A “transavaliação da razão – levando à conversão do concreto no abstrato, do bom no funcional, e mesmo do ético no não ético – caracteriza o perfil de escritores que têm tentado legitimar a sociedade moderna exclusivamente em bases utilitárias” (ibid., p. 3).

Para o autor, “uma vez que a palavra razão dificilmente poderia ser posta de lado, por força de seu caráter central na vida humana, a sociedade moderna tornou-se compatível com sua estrutura normativa” (ibid., p.3). Consequentemente:

Na moderna sociedade centrada no mercado, a linguagem distorcida tornou-se normal, e uma das formas de criticar essa sociedade consiste na descrição de sua astúcia na utilização inapropriada do vocabulário teórico que prevalecia antes de seu aparecimento (ibid., p. 3).

Guerreiro Ramos (1981) chegou à conclusão de que:

É possível que hoje tenhamos dificuldade em compreender Santo Tomás. Não apenas a razão, mas igualmente palavras-chaves sofreram a obliteração de sentido salientada nesta análise. A própria linguagem foi capturada por padrões operacionais de eficiência, fato que influi sobre todo o domínio da existência humana. Quando a viabilidade e a experiência substituem a verdade como o critério de linguagem dominante, há pouca, se é que há alguma, oportunidade para a persuasão das pessoas através do debate racional. A racionalidade desaparece, num mundo em que o cálculo utilitário de consequências passa a ser a única referência para as ações humanas. (RAMOS, 1981, p. 18-19).

Neste sentido, o autor se posiciona criticamente ao modelo contemporâneo de ciência social, contrapondo-o a um modelo alternativo, a que denominou *Teoria substantiva da vida humana associada* (Quadro 1). Essa teoria é calcada na distinção feita por Max Weber entre racionalidade formal e racionalidade substantiva.

Quadro 1 - Teoria da vida humana associada

Formal	Substantiva
1. Os critérios para ordenação das associações humanas são dados socialmente.	1. Os critérios para ordenação das associações humanas são racionais, isto é, evidentes por si mesmos ao senso comum individual, independentemente de qualquer processo particular de socialização.
2. Uma condição fundamental da ordem social é que a economia se transforme num sistema autorregulado.	2. Uma condição fundamental da ordem social é a regulação política da economia.
3. O estudo científico das associações humanas é livre do conceito de valor: há uma dicotomia entre valores e fatos.	3. O estudo científico das associações humanas é normativo: a dicotomia entre valores e fatos é falsa, na prática, e, sem teoria, tende a produzir uma análise defectiva.
4. O sentido da história pode ser captado pelo conhecimento, que se revela através de uma série de determinados estados empírico-temporais.	4. A história torna-se significativa para o homem através do método paradigmático de auto interpretação da comunidade organizada. Seu sentido não pode ser captado por categorias serialistas de pensamento.
5. A ciência natural fornece o paradigma teórico para a correta focalização de todos os assuntos e questões suscitados pela realidade.	5. O estudo científico adequado das associações humanas é um tipo de investigação em si mesmo, distinto da ciência dos fenômenos naturais, e mais abrangente que esta.

Fonte: Ramos (1981, p. 29).

Guerreiro Ramos considera que Weber desenvolve sua teoria a partir da racionalidade formal (ibid., p.25). Segundo Weber (1958 apud RAMOS, 1981, p.26): "O cientista como tal não deveria emitir julgamentos de valor, uma vez que valores são subjetivos – ou têm alicerces demoníacos." Guerreiro Ramos justifica que "Max Weber viveu num contexto histórico em que a racionalidade formal, ou funcional, substituía amplamente a racionalidade substantiva, como o principal critério para a ordenação dos negócios políticos e sociais" (ibid., p.26).

Assim, desenvolverá Guerreiro Ramos (1981) a *Teoria substantiva da vida humana associada* (Quadro 1), que ressalta a importância de uma construção teórica baseada na razão substantiva, em que as organizações e a sociedade não podem mais se furtar a esta realidade, que "deveria ser categoria essencial para a cogitação dos assuntos políticos e sociais" (ibid., p.26).

Guerreiro Ramos (1981) ressalta três qualificações gerais que realçam as distinções entre a Teoria da vida humana associada:

- 1) É substantiva quando a razão, no sentido substantivo, é a sua principal categoria de análise; é formal, quando a razão, no sentido funcional, é sua principal categoria de análise. (p. 26-27)
- 2) A teoria substantiva:

[...] é algo que existe há muito tempo e seus elementos sistemáticos podem ser encontrados nos trabalhos dos pensadores de todos os tempos, passados e presentes, harmonizados ao significado que o senso comum atribui à razão, embora nenhum deles tenha jamais empregado a expressão razão substantiva. Na verdade, é graças às peculiaridades da época moderna, através das quais o conceito de razão foi escamoteado pelos funcionalistas de várias convicções, que temos presentemente que qualificar o conceito como substantivo. (p. 27)

- 3) A teoria substantiva "envolve uma superordenação ética da teoria política, sobre qualquer eventual disciplina que focalize questões da vida humana associada". (p. 26-28)

O autor conceitualiza a síndrome psicológica inerente à sociedade centrada no mercado, em que "o indivíduo tornou-se uma criatura que se comporta" (1981, p. 51), e:

A síndrome comportamentalista é uma disposição socialmente condicionada, que afeta a vida das pessoas quando estas confundem as

regras e normas de operação peculiares a sistemas sociais episódicos com regras e normas de sua conduta como um todo. (ibid., p. 52)

Guerreiro Ramos (1981, p. 53) especifica os traços principais desse “bom homem”: a fluidez da individualidade, o perspectivismo, o formalismo e o operacionalismo, e esclarece que “enquanto os cidadãos, em geral, continuarem sucumbindo à persuasão organizada, às pressões e às influências que mantêm tal síndrome em operação, haverá, na melhor das hipóteses, pouca oportunidade para uma transformação social revitalizadora” (RAMOS, 1981, p. XII).

O autor afirma que:

O processo de extrapolação, que chamo de colocação inapropriada – *misplacement* – de conceitos, está descaracterizando a teoria da organização, e esta acabará mutilada, se continuar se permitindo a prática de tomar emprestados a outras disciplinas, incompetentemente, teorias, modelos e conceitos estranhos à sua tarefa específica. (ibid., p.69)

Guerreiro Ramos (1981, p. 82) refletindo que “paradoxalmente, o campo de estudo da teoria da organização tinha um senso muito mais claro de seu objetivo antes do surgimento, na década de 30, da chamada Escola de Relações Humanas”, aponta alguns tópicos básicos permanentes do estudo científico de organizações formais:

O trabalho e a produtividade constituem objetos sistemáticos de estudo científicos; não existe ciência da organização formal sem normas técnicas para mensuração e avaliação dos produtos do trabalho; as funções ou tarefas deveriam ser tecnicamente planejadas e seus planejadores deveriam levar em consideração a condição fisiológica e psicológica do homem; as potencialidades humanas não são intuitivamente óbvias, seja para o trabalhador, seja para aquele que o observa, devem ser técnica e experimentalmente detectadas; e, o desempenho, na execução da tarefa, não pode ser melhorado e eficientemente organizado sem um treinamento sistemático dos trabalhadores. Em outras palavras, o treinamento técnico não elimina nem sufoca, necessariamente, as diferenças individuais, mas antes as acentua. (ibid., p. 82-83).

Nesse sentido, o autor conclui que “a abordagem desses tópicos pelos classistas pode ser criticada, em termos legítimos, por ser teoricamente superficial. Mas, pelo menos perceberam eles que as organizações formais não constituem o cenário apropriado para a desalienação e para a auto-atualização das pessoas” (ibid., p. 83).

Guerreiro Ramos apresenta o conceito da "política cognitiva" e demonstra que ela se constitui na "mais importante dimensão oculta da psicologia da sociedade centrada no mercado".

No entanto, segundo o autor, "a teoria da organização nunca atingiu o *status* de uma disciplina científica, porque seus proponentes não têm a percepção de semelhante dimensão" (ibid., p.XII). Nesse sentido, o autor analisa que "a teoria da organização dominante é pré-analítica, no sentido de que aceita o estado dos negócios humanos na sociedade centrada no mercado como uma premissa, sem se aperceber da extensão de possibilidades objetivas" (RAMOS, 1981, p. XIII), ressaltando três pressupostos não articulados da presente teoria da organização: "a identificação da natureza humana com a síndrome comportamentalista inerente à sociedade centrada no mercado; a definição da pessoa como um detentor de emprego; e a identificação da comunicação humana com a comunicação instrumental" (ibid., p. XIII).

Os principais argumentos críticos de Guerreiro Ramos:

Elucidam que a presente teoria organizacional: deixa, sistematicamente, de distinguir entre a racionalidade substantiva e a instrumental, tanto quanto entre o significado substantivo e o significado formal da organização; é desprovida de clara compreensão do papel desenhado pela interação simbólica nas relações interpessoais em geral; e apoiam-se numa visão mecanomórfica da atividade produtiva do homem. (RAMOS, 1981, p. XIII)

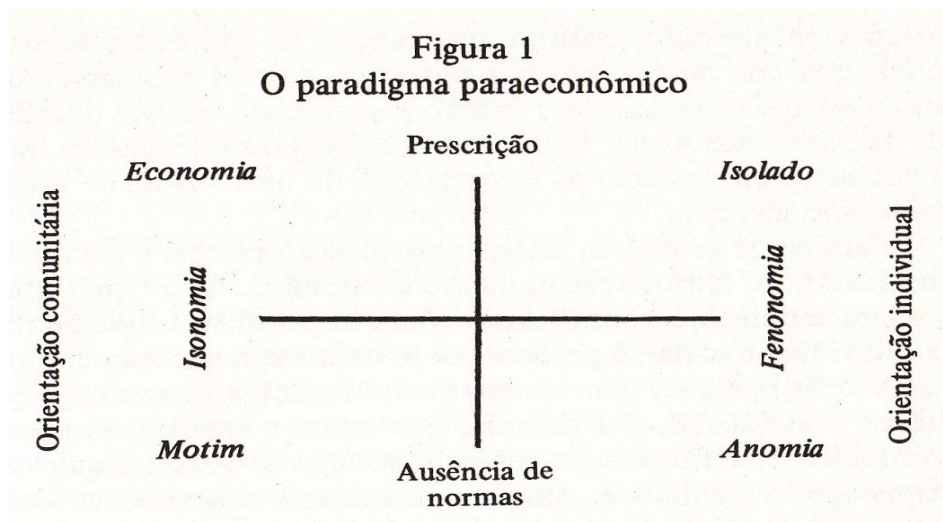
Assim, em contraposição à presente teoria organizacional, moderna, unidimensional de mercado, Guerreiro Ramos (1981, p. XIII) apresenta um "modelo multicêntrico de análise dos sistemas sociais e do desenho organizacional", que denomina "delimitação dos sistemas sociais". Este modelo é multidimensional, o paradigma paraeconômico:

O ponto central desse modelo é a noção de delimitação organizacional, que envolve:

- a) uma visão de sociedade constituída de uma variedade de enclaves (dos quais o mercado é apenas um), onde o homem se empenha em tipos nitidamente diferentes, embora verdadeiramente integrativos, de atividades substantivas;
- b) um sistema de governo social capaz de formular e implementar as políticas e decisões distributivas requeridas para a promoção do tipo ótimo de transações entre tais enclaves sociais. (RAMOS, 1981, p.140)

Guerreiro Ramos conceitua outros sistemas sociais, como por exemplo, "a isonomia e a fenomia", e descreve os múltiplos enclaves constitutivos da tessitura global da sociedade (ibid., p. XIII). O autor apresenta o paradigma paraeconômico, que "se constitui na referência para uma nova abordagem do planejamento de sistemas sociais e da nova ciência das organizações" (ibid., p.153).

Na Figura 1, pode-se perceber as dimensões principais do paradigma paraeconômico. Guerreiro Ramos ressalta que "não se espera de nenhuma situação existente na vida social que coincida com esses tipos ideais. No mundo concreto, só existem sistemas sociais mistos" (RAMOS, 1981, p.140).



Guerreiro Ramos apresenta a Lei dos requisitos fundamentais como um tópico fundamental da nova ciência das organizações: "de acordo com essa lei, a variedade de sistemas sociais constitui qualificação essencial de qualquer sociedade, que deve ter respostas para as necessidades básicas de atualização de seus membros" (ibid., p. XIII). O autor sustenta "que cada um desses sistemas sociais determina os próprios requisitos de seu desenho. A lei dos requisitos adequados é ilustrada por uma análise da tecnologia, do tamanho, da cognição, da percepção do espaço e do tempo dos sistemas sociais" (ibid., p. XIII).

Guerreiro Ramos define da seguinte forma o modelo multicêntrico de alocação, também chamado de modelo paraeconômico: "é uma abordagem de análise e planejamento de sistemas sociais em que as economias são consideradas apenas como uma parte do conjunto da tessitura social" (ibid., p.177). O autor

também apresenta as implicações políticas do paradigma paraeconômico: “a delimitação dos sistemas sociais não é apenas uma teoria circunscrita ao nível micro-organizacional, mas é igualmente aplicável ao nível macro da sociedade [...] discutindo os processos de alocação de mão de obra e de recursos, vistos de uma perspectiva delimitativa” (ibid., p. XIV).

Guerreiro Ramos afirma que a paraeconomia “pode ser entendida também como proporcionadora da estrutura de uma teoria política substantiva de alocação de recursos e de relacionamentos funcionais entre os enclaves sociais necessários à estimulação qualitativa da vida social dos cidadãos” (RAMOS, 1981, p. 177). “Do ponto de vista da política paraeconômica, não apenas as economias que já constituem o enclave do mercado, mas também as isonomias e fenomias e suas diversas formas mistas, devem ser consideradas agências através das quais se devem efetivar a alocação de mão de obra e de recursos” (ibid., p.178). Sendo assim, “o paradigma econômico leva em consideração não apenas a termodinâmica da produção, mas também seus aspectos externos sociais e ecológicos” (ibid., p.190).

Dessa forma, Guerreiro Ramos concluirá sua obra traçando uma visão geral e perspectivas da nova ciência, ressaltando que ainda estava inacabada e que teria muito por fazer, no entanto, o destino não o permitiu.

Referindo-se à ciência social convencional, Guerreiro Ramos é bem crítico à “condição do indivíduo na sociedade contemporânea centrada no mercado – o homem deveria ser libertado de sua escravização psicológica à mentalidade de mercado” (ibid., p.198). Sobre a nova ciência da organização resistente, centrada na perduração, o autor faz as seguintes afirmações:

Pressuposto fundamental: a produção é, ao mesmo tempo, uma questão técnica e uma questão moral [...]
 Os homens produzem a si mesmos, enquanto produzem coisas [...]
 A produção deve ser gerida eticamente [...]
 Perduração é retenção de caráter, em meio a mudança; é vitória sobre a fluidez. É uma categoria de processo mental que reconhece que todas as coisas são interligadas e continuamente se empenham para conseguir um equilíbrio ótimo entre conservação e mudança. (ibid., p.1981, p. 201)

O autor nos diz que “a procura da nova ciência das organizações vem ocorrendo desde algum tempo, constituindo um esforço gradativo, empreendido por grande número de estudiosos”. Enfatizando que esta obra “aproveita muito da

atividade criadora de tais especialistas, mas começa a moldá-la num corpo abrangente de conhecimentos” (ibid., p. XVI).

E assim podemos citar a interação, a correlação que há entre a Teoria Organizacional de Guerreiro Ramos e a Teoria do Espaço-Dinâmica Organizacional de Martins (1999, 2011), que prioriza as sinergias entre n dimensões, e também se surpreende quando as teorias da administração formais, funcionalistas, não consideram tal dinâmica. Um olhar bem direcionado perceberá ainda muitos outros exemplos importantes dessa interação, a qual, em síntese, tem como objetivo maior a construção de uma sociedade pluridimensional.

Finalizando, ressalta Guerreiro Ramos que “A nova ciência das organizações não é realmente nova, porque é tão velha quanto o senso comum. O que é novo são as circunstâncias, nas quais precisamos, mais uma vez, começar a dar ouvidos ao nosso eu mais íntimo” (ibid., p. 201).

3 UM SÉCULO DE GUERREIRO RAMOS – CONCLUSÕES

Ao acompanhar a leitura até este momento, acreditamos que o leitor já esteja conseguindo correlacionar aos dias atuais a Teoria organizacional de Guerreiro Ramos, sua contribuição e influência crítica.

Ao se conhecer um pouco de sua intensa e extensa biografia, e da sua construção teórica organizacional, é possível notar sua grande identificação com a construção teórica de uma nova ciência organizacional. A começar pela pessoa inquieta e dinâmica de Guerreiro Ramos, sua construção teórica, sua postura sempre crítica e consciente, preocupado com os espaços físicos, geográficos, econômicos, raciais, sociais, políticos, culturais, históricos, tecnológicos, organizacionais, e principalmente suas implicações com os atores humanos neles envolvidos.

Quando Guerreiro Ramos, com sua obra *A redução sociológica*, propõe a atitude crítico-assimilativa em face da produção científico-alienígena, pode-se perceber a ênfase em cada argumento desse construto teórico, em que o teórico social, o cientista, não pode ser um agente passivo e, sim, um construtor ativo e crítico, atuante em sua realidade.

Concluindo, é possível perceber que o próprio Guerreiro Ramos, poeta, sociólogo, advogado, administrador, professor, político, jornalista, em sua inquietude,

sua “porém” proatividade, o não se permitir ser estático e submisso, buscando sempre mudanças, vem ao encontro do aspecto principal da compreensão desse espaço organizacional de transformação.

Em seus primeiros trabalhos, Guerreiro Ramos se contrapõe aos teóricos brasileiros eurocêntricos, que importavam os estudos, pesquisas e resultados que serviam a outros povos e culturas, e os aplicavam aqui sem nenhuma reflexão crítica, sem nenhum estudo que transformasse tal pesquisa para melhor aplicabilidade ao povo brasileiro. O pesquisador criticava principalmente o fato de que os teóricos consulares culpavam o povo brasileiro, que consideravam incapaz, ignorante, sem força de vontade, indolente e outros preconceitos mais, ao invés de fazerem uma autocrítica quando a aplicabilidade das teorias importadas não evoluía, não dava certo em território nacional.

Guerreiro Ramos é contundente na crítica a esse tipo de posicionamento, ressaltando que não se deviam descartar totalmente essas pesquisas, por conta de serem de outro continente e cultura, e sim, elas deveriam ser transformadas de modo a se tornarem viáveis ao povo brasileiro. Dessa forma, ele incentivava os cientistas nacionais a valorizarem mais sua própria cultura, o conhecimento de suas raízes.

Sendo um teórico culto e erudito, muito preocupado com o desenvolvimento do país, fechou o seu trabalho desenhando o esboço de *A nova ciência das organizações*. Mas frisou que essa ciência nada teria de “nova”, pois seria como que dar voz ao senso comum, dar voz ao que já existia há longos anos, e que de alguma forma fora esquecido, ou melhor dizendo, cujo verdadeiro sentido fora alterado, em prol de uma teoria de mercado.

Em *A nova ciência das organizações*, assim como em toda sua construção teórica, o autor é crítico a toda ciência que, em prol da funcionalidade e da produtividade, não mede esforços, nem se preocupa com a degradação humana e ambiental que provoca, se isto for “útil” e fator de lucro.

Pizza Júnior (2010, p. 201-208), ao indagar: “e de que maneira o homem moderno, integrante da sociedade centrada no mercado, detentor de emprego, massacrado por propostas permanentes de consumo conspícuo, pode defender-se de tantas agressões?”, responderá a tal questionamento à luz das palavras de Guerreiro Ramos: “apenas o ser humano, eventualmente, merece ser caracterizado como bom. O bom homem, por sua vez, nunca é um ser inteiramente socializado; é,

antes, um ator sob tensão, cedendo ou resistindo aos estímulos sociais, com base em seu senso ético” (RAMOS, 1981 apud PIZZA JÚNIOR, 2010, p. 201-208).

Percebemos, assim, a preocupação de Guerreiro Ramos com sua construção teórica, com o desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade em consonância com a construção do ser humano em todas as suas nuances e dimensões. Isto nos permite vislumbrar que, apesar da hegemonia que há, na atualidade, na teoria da administração convencional, unidimensional, de mercado, há uma contrapartida com a Teoria Organizacional de Guerreiro Ramos, que, ao discorrer sobre as delimitações dos espaços organizacionais, dos espaços sociais e suas dinâmicas, das interações e sinergias que ocorrem, é precursor de novos teóricos organizacionais, como Martins (1999, 2011) e a Teoria do Espaço-Dinâmica Organizacional.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Ferdinand. **Jacques Maritain e a Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Universidade de Pernambuco. Outubro 2009. Disponível em: <www.unicap.br/catedradomhelder/?page_id=56> Acesso em: 29 maio 2012.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

CFA – Conselho Federal de Administração. Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho. **Guerreiro Ramos**. Brasília: CFA, 2008. Disponível em: <www2.cfa.org.br/.../livro-guerreiro-ramos/Guerreiro%20Ramos.../file> Acesso em: 15 jun. 2012.

COSTA, Frederico Lustosa da. Guerreiro Ramos: teoria e prática da sociologia em mangas de camisa. In: MARTINS, P. E. M.; MUNTEAL, O. **O Brasil em evidência: a utopia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio; FGV, 2012.

FGV-CPDOC – Fundação Getúlio Vargas/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Guerreiro Ramos**. In: E ele voltou... O Brasil no segundo governo Vargas. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/guerreiro_ramos> Acesso em: 18 jun. 2012.

MALTA, M.; KRONEMBERGER, Thais Soares. **Nem melhor nem pior, apenas divergentes: uma contribuição acerca da sociologia brasileira e da polêmica entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos**. (em pdf.). Disponível em <www.achegas.net/numero/42/marcio_thais_42.pdf> acesso em 25/08/2012.> Acesso em: 31 maio 2012.

MARTINS, Paulo Emilio Matos. A significação do espaço organizacional. Trabalho apresentado à mesa do 23º ENCONTRO DA ANPAD. **Anais...** Foz de Iguaçu, 1999.

_____. O Espaço-Dinâmica e seu objeto de estudo. I COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE O BRASIL HOLANDÊS. **Anais...** Recife, Instituto Ricardo Brennand, 2011.

OLIVEIRA VIANNA. **Populações meridionais do Brasil**. Ed. José Olympio, 1952.

PIZZA JÚNIOR, Wilson. Guerreiro Ramos, Administração e Ciências Sociais. **Revista O&S**, Salvador, v. 17, n. 52, p. 201-208 - Janeiro/Março, 2010 Disponível em: <www.revistaoes.ufba.br/include/getdoc.php?id=879&article> Acesso em: 21 ago. 2012.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A redução sociológica**: introdução ao estudo da razão sociológica. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro Ltda, 1965.

_____. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: FGV, 1981.

_____. **Administração e contexto brasileiro**: esboço de uma teoria geral da administração. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

_____. **O Negro desde dentro**. (Publicado originalmente na Revista Forma, nº 3, out. 1954). Reproduzido do livro Teatro Experimental do Negro - Testemunhos (Rio de Janeiro: GRD, 1966), págs. 128-135. Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (Ipeafro). Disponível em: <www.abdias.com.br/teatro_experimental/teatro_experimental.htm> Acesso em: 20 jun. 2012.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

SIQUEIRA, Gabriel. **Alberto Guerreiro Ramos**. 2008. Disponível em: <www.irradiandoluz.com.br/2008/06/alberto-guerreiro-ramos.html> Acesso em: 31 maio 2012.

SOARES, Luiz Antonio Alves. **A Sociologia crítica de Guerreiro Ramos**: um estudo sobre um sociólogo polêmico. Rio de Janeiro: Conselho Regional de Administração do Rio de Janeiro, 2006.

SOUZA, M. F. **A Contribuição de Guerreiro Ramos para o estudo das relações raciais no Brasil**. Disponível em: <<http://vinteculturaesociedade.wordpress.com/2012/04/03/a-contribuicao-de-guerreiro-ramos-para-o-estudo-das-relacoes-raciais-no-brasil/>> Acesso em: 29 maio 2012.

TENÓRIO, Fernando, G. O drama de ser dois: um sociólogo engravatado. In: MARTINS, P. E. M.; MUNTEAL, O. **O Brasil em evidência**: a utopia do desenvolvimento. Rio de Janeiro: PUC-Rio; FGV, 2012.